

Sumário

Capítulo 1 – Fontes do direito processual do trabalho

Capítulo 2 – Princípios

- 2.1. Princípio da isonomia
- 2.2. Princípio do contraditório
- 2.3. Princípio da ampla defesa
- 2.4. Princípio da imparcialidade do juiz
- 2.5. Princípio da motivação das decisões judiciais
- 2.6. Princípio da oralidade
- 2.7. Princípio da concentração dos atos processuais em audiência
- 2.8. Princípio da conciliação
- 2.9. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias
- 2.10. Princípio do julgamento *extra petita*
- 2.11. Princípio da gratuidade da justiça
- 2.12. Princípio do *jus postulandi*
- 2.13. Princípio da execução *ex officio*

Capítulo 3 – Jurisdição

- 3.1. Comissões de conciliação prévia
- 3.2. Arbitragem
- 3.3. PDV ou PIDV previsto em acordo coletivo ou convenção coletiva

Capítulo 4 – Competência

- 4.1. Competência absoluta
 - 4.1.1. Servidor público estatutário
 - 4.1.2. Profissional liberal e relação de consumo
 - 4.1.3. Indenização por dano (material e/ou moral e/ou estético e/ou existencial)
 - 4.1.4. Competência criminal
 - 4.1.5. Representante comercial
 - 4.1.6. Plano de previdência privada
 - 4.1.7. Multas administrativas
 - 4.1.8. Competência previdenciária
 - 4.1.9. Greve
 - 4.1.10. Meio ambiente do trabalho
 - 4.1.11. Sindicatos
 - 4.1.12. Morte do empregado e dano reflexo
 - 4.1.13. Cadastramento no pis e seguro-desemprego
 - 4.1.14. FGTS
 - 4.1.15. Contratação temporária de servidores públicos
 - 4.1.16. Servidores públicos “celetistas” (ou “trabalhistas”)
 - 4.1.17. Falência e recuperação judicial
 - 4.1.18. Dissídios coletivos e ação de cumprimento
 - 4.1.19. Mandado de segurança
 - 4.1.20. Organismos internacionais
- 4.2. Competência relativa
 - 4.2.1. Empregado agente ou viajante comercial (§ 1º do art. 651 da CLT)
 - 4.2.2. Empregado brasileiro que labora no exterior (§ 2º do art. 651 da CLT)
 - 4.2.2.1. Legislação trabalhista a ser aplicada no caso de labor no exterior

- 4.2.2.2. Lei do pavilhão ou da bandeira
- 4.2.3. Empregado de empresa que atua em localidades diversas (§ 3º do art. 651 da CLT)
- 4.2.4. Efeitos do pré-contrato na competência territorial
- 4.3. Conflitos de competência
 - 4.3.1. Competência para apreciar o conflito

Capítulo 5 – Dos atos processuais

Capítulo 6 – Dos prazos processuais

- 6.1. Da contagem dos prazos processuais
- 6.2. Da suspensão e da interrupção dos prazos processuais

Capítulo 7 – Procedimentos

- 7.1. Rito ordinário
- 7.2. Rito sumaríssimo
- 7.3. Rito sumário
- 7.4. Impugnação e correção do valor da causa
- 7.5. Ajuizamento da ação
 - 7.5.1. Interrupção da prescrição provocada pelo ajuizamento da ação
 - 7.5.2. Interrupção da prescrição bienal e parcial
- 7.6. Distribuição e prevenção
 - 7.6.1. Reclamação verbal
- 7.7. *Jus postulandi*
- 7.8. Inquérito judicial para apuração de falta grave
- 7.9. Ação de consignação em pagamento

Capítulo 8 – Citação

Capítulo 9 – Audiência

- 9.1. Ausência do reclamante à audiência
 - 9.1.1. Perempção trabalhista
 - 9.1.2. Inconstitucionalidade da exigência de comprovação de motivo legalmente justificável para o não comparecimento do reclamante à audiência
- 9.2. Ausência do reclamado à audiência – revelia e confissão ficta
 - 9.2.1. Revelia e pessoa jurídica de direito público
 - 9.2.2. Súmula 122 do TST – cancelamento parcial e análise crítica
- 9.3. Preposto
 - 9.3.1. Advogado e preposto – possibilidade de cumulação das “funções”
- 9.4. Atraso do juiz e atraso das partes à audiência

Capítulo 10 – Tentativa de conciliação e homologação de acordo extrajudicial

- 10.1. Transação e renúncia
- 10.2. Súmula 418 do TST – análise crítica
- 10.3. Conciliação de pessoas jurídicas públicas
- 10.4. Termo de conciliação judicial
- 10.5. Colusão e simulação
- 10.6. Discriminação da natureza das verbas
- 10.7. Homologação de acordo extrajudicial

Capítulo 11 – Defesa

- 11.1. Contestação
 - 11.1.1. Das questões preliminares
 - 11.1.1.1. Inexistência ou nulidade da citação
 - 11.1.1.2. Incompetência absoluta

- 11.1.1.3. Inépcia
- 11.1.1.4. Perempção trabalhista
- 11.1.1.5. Litispendência e coisa julgada
- 11.1.1.6. Convenção de arbitragem
- 11.1.1.7. Observações finais
- 11.1.2. Mérito
 - 11.1.2.1. Das questões prejudiciais de mérito
 - 11.1.2.1.1. Da negativa de vínculo empregatício
 - 11.1.2.1.2. Prescrição
 - 11.1.2.1.3. Decadência
 - 11.1.2.2. Demais questões de mérito
- 11.1.3. Compensação
- 11.1.4. Dedução
- 11.1.5. Retenção
- 11.2. Exceção de incompetência territorial
- 11.3. Arguição de suspeição e impedimento
- 11.4. Reconvenção

Capítulo 12 – Instrução

- 12.1. Depoimento pessoal
- 12.2. Testemunhas
 - 12.2.1. Contradita – testemunha incapaz, impedida ou suspeita
 - 12.2.2. Súmula 357 TST – “troca de favores” – análise crítica
 - 12.2.3. Depoimento, inversão das testemunhas e gravação dos depoimentos
- 12.3. Prova documental
- 12.4. Prova pericial
- 12.5. Inspeção judicial

Capítulo 13 – Razões finais

Capítulo 14 – Mandato, procuração e honorários advocatícios

- 14.1. Honorários advocatícios sucumbenciais – reforma trabalhista
- 14.2. Mandato tácito e procuração *apud acta*

Capítulo 15 – Da responsabilidade por dano processual

Capítulo 16 – Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR)

Capítulo 17 – Recursos trabalhistas

- 17.1. Princípio do efeito devolutivo e princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias
- 17.2. Pressupostos de admissibilidade
 - 17.2.1. Legitimidade (pressuposto intrínseco)
 - 17.2.2. Interesse (pressuposto intrínseco)
 - 17.2.3. Capacidade (pressuposto intrínseco)
 - 17.2.4. “Cabimento” e “adequação” (pressupostos extrínsecos)
 - 17.2.5. Tempestividade
 - 17.2.6. Regularidade de representação
 - 17.2.7. Preparo
 - 17.2.7.1. Preparo “a menor”
 - 17.2.7.2. Das custas
 - 17.2.7.3. Do depósito recursal
- 17.3. Recurso adesivo e rateio de custas
- 17.4. Remessa necessária (recurso *ex officio*)

Capítulo 18 – Recursos em espécie

- 18.1. Recurso ordinário
- 18.2. Recurso de revista
- 18.3. Agravo de petição
- 18.4. Agravo de instrumento e agravo interno (ou agravo regimental)
- 18.5. Embargos de declaração
- 18.6. Embargos infringentes (à SDC) e embargos de divergência (à SDI)
 - 18.6.1. Embargos infringentes
 - 18.6.2. Embargos de divergência
- 18.7. Recurso extraordinário ao STF
- 18.8. Pedido de revisão do valor da causa (rito sumário)

Capítulo 19 – Mandado de segurança

Capítulo 20 – Ação rescisória

- 20.1. Depósito prévio
- 20.2. Dos pedidos
- 20.3. Hipóteses de admissibilidade
- 20.4. Competência
- 20.5. Prequestionamento em ação rescisória

Capítulo 21 – Ações possessórias

Capítulo 22 – Dissídios coletivos

Capítulo 23 – Processo de execução

- 23.1. Dos títulos executivos
- 23.2. Execução das contribuições previdenciárias
- 23.3. Da competência funcional
- 23.4. Da liquidação de sentença
- 23.5. Da desconsideração da personalidade jurídica
- 23.6. Da citação do executado
- 23.7. Dos embargos à execução
 - 23.7.1. Prescrição intercorrente
 - 23.7.2. Prescrição da execução
 - 23.7.3. Execução por carta precatória – competência
 - 23.7.4. Legitimidade ativa
- 23.8. Da exceção de pré-executividade
- 23.9. Da relativização da coisa julgada e da inexibibilidade do título

Capítulo 24 – Embargos de terceiro